

Apontamentos sobre a construção das relações de gênero e violência nas ondas do rádio e dos impressos no oeste paranaense

Tânia Regina Zimmermann

10

Resumo: Nas décadas de 1960 a 1980 percebe-se na imprensa do Oeste do Paraná uma ênfase em enaltecer os municípios através da imagem de cidades progressistas, associadas ao caráter ordeiro, harmônico, pacífico e trabalhador de seus habitantes. O processo de ocupação, urbanização e de adensamento populacional contribuiu para o crescimento de tensões no cotidiano da cidade e nas áreas rurais. Tensões estas também presentes nas relações de gênero e que nos são percebidas em jornais, revistas, boletins de ocorrência e nos processos crimes que envolveram mulheres e homens nas suas tramas. Comportamentos vistos como desviantes da ordem instituída poderiam destruir a imagem das belas, ordeiras e civilizadas cidades do interior do Paraná. Para esta tarefa o judiciário, a imprensa e os grupos da elite encarregaram-se de elaborar e reproduzir via práticas discursivas às regras de convívio social.

Palavras-chave: Violência, gênero, imprensa

Notes on the construction of gender relations and violence in
radio and printed in the west Paraná

Abstract: In the 1960-1980 decade an emphasis in neglecter the cities through the image of progressive cities, associates to order, harmonic, pacific and diligent the character is perceived in the press of the West of the Paraná of its inhabitants. The occupation process, urbanization and of population contributed for the growth of tensions in the daily one of the city and the agricultural areas. Tensions these also gifts in the sort relations and that in they are perceived in periodicals, magazines, bulletins of occurrence and in the processes crimes that had involved women and men in its seen woof. To comprise as fault of the instituted order they could destroy the image of the beautiful, orders and civilized cities of the interior of the Paraná. For this task the judiciary one, the press and the groups of the discourse practical elite had been putted in charge to elaborate and to reproduce way to the rules of social conviviality.

Keywords: Violence, gender, press

Mais do que qualquer outro, o olhar sobre
as mulheres é mediatizado; é preciso
decifrar a natureza desta mediação.

Michelle Perrot

12

O cotidiano de mulheres e homens nas diferentes falas presentes nas revistas, nas produções historiográficas, nos artigos de jornais e na literatura pode ser um dos caminhos para entender a construção universal do feminino e do masculino. Com tal propósito, buscamos possibilidades de reflexão sobre a construção midiática de arquétipos para mulheres e homens envolvidos nas questões da violência. Na tentativa de atribuir sentidos aos lugares da fala nos apoiamos primeiramente na categoria gênero para uma análise histórica buscando trazer para o cenário historiográfico o jogo de relações de poder instituinte de práticas cotidianas. Com relação a isso, historiadoras e historiadores contemporâneos tem observado a contribuição do feminismo ao questionar a lógica da identidade e as oposições binárias que construíram a interpretação masculina do mundo.¹

Também é importante ressaltar que o uso da categoria gênero está relacionado às construções culturais dos sexos.

¹ Sugestiona-se o trabalho de Joana Pedro, intitulado *Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica*. Texto apresentado no evento: *III Seminário de Educação e Gênero e II Seminário sobre Infância*. Tocantinópolis, TO, 2006 e de Pierre Bourdieu, intitulado *A dominação Masculina*.

O estudo de gênero percebido de forma relacional implica no entendimento de diferentes e fluidas identidades sexuais. Os usos da categoria mulher, mulheres e gênero assim como as demais categorias sobre as quais nos apoiaremos estão inscritas no movimento da história e, portanto podem nos auxiliar no entendimento de representações e práticas da violência no Oeste do Paraná. Em nosso estudo os estigmas pautados na divisão sexual estão presentes e para tanto estas categorias colaboram nas análises, mas não podem universalizar e nem naturalizar as identidades de gênero pelas características físicas e anatômicas.

Sobre esta discussão Joan Scott tem sido uma referência recente nos estudos acadêmicos para compreender as relações sociais e culturais entre os sexos que, segundo ela, põe a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas ele não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina a sexualidade. Entende também que gênero é um elemento constitutivo das relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos e o gênero é um primeiro modo de dar significado as relações de poder.² Assim Scott articula gênero com a noção de poder e não estabelece fronteiras fixas entre mulheres e homens.

² SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n. 16, julho/dezembro, p. 7-14, 1990.

O movimento da história parecia ir além dessa compreensão do uso que se fazia de determinadas categorias embora ainda hoje possam ser úteis. A história movia-se mais depressa que as categorias mulher, mulheres e gênero e então novos debates teóricos aflorados em parte de movimentos gays e lésbicos trouxeram questionamentos importantes sobre a diferença entre sexo e gênero. Entre os aportes de discussão recentes estão Thomas Laqueur e Judith Butler .

Com Laqueur reforça-se a historicidade da categoria sexo e gênero enquanto categorias explicativas e também históricas, ou seja, é uma linguagem que nasce de um processo histórico e, portanto permite que não nos tornemos prisioneiros dela. Historiador da medicina, Tomas Laqueur publicou em 1992 um livro chamado *Inventando o Sexo: Corpo e Gênero dos gregos a Freud*. Nesta obra o autor discute a construção do sexo e depois seu quase aprisionamento pelo gênero. Pretendia com isso apontar também para a construção do sexo, ou seja, que também continha uma historicidade.³

Este autor ressalta que no final do século XVIII, principalmente com os Iluministas a retórica sobre o corpo feminino e masculino muda.⁴ No século XIX os naturalistas reforçam a diferença sexual. Anterior a esta divisão havia o

³ Veja-se Joana Pedro no artigo acima citado, p. 11.

⁴ LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001. p. 22.

registro de um único sexo que era o masculino. O autor versa sobre a criação do sexo e não do gênero. Procura mostrar (...) que quase tudo o que se queira dizer sobre sexo – de qualquer forma que sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre o gênero. Entende que o sexo não pode ser apenas explicável dentro do contexto da luta sobre gênero e poder. O sexo é uma criação daquilo que a sociedade determina e não um dado, uma essência.⁵

Ainda nesta perspectiva Judith Butler em seu livro: *Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade* questiona a categoria gênero como interpretação cultural do sexo. Então propõe que analisemos o sexo como resultado discursivo/cultural e não como algo constituído antes do discurso e da cultura. Em sua teoria Judith Butler aborda gênero como uma categoria temporária e performativa abrindo perspectiva para a desnaturalização das práticas de significação como por exemplo de que gênero está para a cultura e sexo está para a natureza. Seguindo a perspectiva de Foucault analisa o efeito discursivo de gênero e assim entende que o sexo é um efeito de gênero. Observa a autora que:

Se o sexo é, ele próprio, uma categoria tomada em seu gênero, não faz sentido definir o gênero como a interpretação cultural do sexo. O gênero não deve ser concebido como a inscrição cultural de

⁵ Idem, p. 23.

significado num sexo previamente dado (uma concepção jurídica; tem de designar também o aparato mesmo de produção mediante o qual os próprios sexos são estabelecidos).⁶

Partindo destas discussões torna-se possível perguntar sobre o que pesquisamos na História do Oeste do Paraná. Como e que usos fizemos destes aportes sobre os discursos jornalísticos em torno das relações sociais e das relações de gênero. Os meios de comunicação escolhidos para o nosso estudo sobre violência constituem as diferenças ao instituir e reforçar os gêneros? A violência pode ser naturalizadora das relações sociais entre as pessoas? As falas sobre violência de gênero mantém a estrutura binária do sexo? Como a noção de gênero ao abranger as relações de poder produz o efeito de um sexo pré-discursivo e oculta a própria operação da produção discursiva?

A violência, violência de gênero e violência doméstica enquanto categorias históricas podem se remeter tanto ao campo político, jurídico e acadêmico. Em 1969, Hannah Arendt publicou seu estudo sobre violência. Seu trabalho parecia ser tão corriqueiro e poucos teciam reflexões sobre o tema que parecia óbvio para todas e todos. A este respeito Arendt observava que:

⁶ BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 25.

Ninguém que se tenha dedicado a pensar a história e a política pode permanecer alheio ao enorme papel que a violência desempenhou nos negócios humanos, e, a primeira vista, é surpreendente que a violência tenha sido raramente escolhida como objeto de consideração especial. (Na última edição da Enciclopédia de Ciências Sociais, a violência nem sequer merece menção) ⁷

Dos escritos de Arendt até o século XXI inúmeros estudos tecem análises sobre a violência de toda a ordem. É notável que o conceito foi sendo construído em torno de vários significados. Na Idade Média era concebido como pleno poder (latim *potestas*) e força (latim *vis* ou *virtus*) e estava relacionado ou a capacidade violenta de uma pessoa ou de uma tempestade. A partir do século XVI e XVII começa a se desenvolver o conceito contemporâneo, do latim *violentia*⁸. *Violentia* abarcava a desobediência a lei como briga, extorsão, roubo, assalto com ou sem agressão, violação, rapto, abuso, injúria, disparates, valentia.

Porém a definição conceitual ainda teve vários desdobramentos e pode ser encontrada em dicionários escolares e especializados. Nesse sentido traremos alguns exemplos.

⁷ ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. p. 16.

⁸ KUN, Cornelia. **Ende des Schrekens**. Oldenburg. Carl von Ossietzky Universität, 2005. (tese), p. 9.

Alguns dicionários deixam poucas linhas para explicar o conceito, ou o constroem de formas diversas. O dicionário *The Oxford English Dictionary* (OED) traz uma explicação mais densa, mas oculta a legalidade do poder. Neste há o seguinte conteúdo:

1. a. The exercise of physical force so as to inflict injury on, or cause damage to, persons or property; action or conduct characterized by this; treatment or usage tending to cause bodily injury or forcibly interfering with personal freedom. (...) b. (...) to inflict harm or injury upon, to outrage or violate. (...) c. in weakened sense: Improper treatment or use of a use of a word; wresting or perversion of a meaning or application; unauthorized alteration of working. d. Undue constraint applied to some natural process, habit, etc. So as to prevent its free development or exercise. Now used political contexts with varying degrees of appropriateness. (...)
2. a An instant or case of violent, injurious or severe treatment, a violent act or proceeding (...)
3. Force strength of physical action or natural agents, forcible, powerful or violent action or motion (...)
4. a. Great force or severity or vehemence, intensity of some condition or influence. b. intensity or excess of contrast (...)
5. vehemence of personal feeling or action; great extreme ardour of fervour;

also violent or passionate conduct or language:
passion fury (...) ⁹

O dicionário não apenas expõe uma lista mais extensa de significados como constrói várias formas de violência: física, ilegítima, verbal. Para Kun há uma aproximação do conceito atual na língua inglesa com o significado do latim *violentia*. ¹⁰

No Brasil, o dicionário Aurélio reduz violência a quatro campos de significados: 1. Qualidade do que é violento; 2. Ato violento; 3. Ato de violentar; 4. Jur. Constrangimento físico ou moral, uso da força, coação. Embora o dicionário de língua inglesa é mais extenso, com maior número de significações que o dicionário de língua portuguesa *Aurélio* ambos não distinguem a exemplo de Arendt poder e violência. Na visão de Hannah Arendt o poder requer consenso de alguns a um curso de ação comum e sua desintegração enseja a violência. A violência destrói o poder e ao contrário do que acreditavam alguns marxianos-hegelianos esta não cria o poder. A violência não reconstrói no processo dialético o poder, mas o paralisa, aniquila. A autora caracteriza a violência como instrumental: Posto que a violência – distintamente do poder [power], força [force] ou vigor [strenght] – sempre necessita de implementos (...) ¹¹ Estes apontamentos de Arendt sobre

⁹ OED, 1989. p. 654.

¹⁰ Idem, p. 10.

¹¹ ARENDT, Hannah. **Sobre Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 1994. p. 13.

poder e violência abrem uma possibilidade de discussão para nossa pesquisa e na pesquisa de autores sobre os quais nos apoiamos.

No *Dicionário de Política* entende-se violência como (...) intervenção física de um indivíduo ou grupo (ou também contra si mesmo) contra outro indivíduo ou grupo. A intervenção física deve ser voluntária e que tem por finalidade destruir, ofender, coagir. Na definição consta ainda que: (...) Exerce violência quem tortura, fere ou mata; quem, não obstante a resistência, imobiliza ou manipula o corpo de outro; quem impede materialmente o outro de cumprir determinada ação. Geralmente a violência é exercida contra a vontade da vítima.(...) Em termos descritivos a violência pode ser sinônimo de força. Assim como Hannah Arendt os autores do dicionário distinguem violência da noção de poder. Consideram o poder a modificação da conduta individual ou grupo, dotada de um mínimo de vontade própria. Já no caso da violência entendem ser a alteração danosa do estado físico de indivíduos ou grupos.¹²

Em estudo especializado sobre violência e agressão contra mulheres Miriam Pillar Grossi aborda a historicidade da categoria violência contra a mulher. Esta categoria teve seus começos no senso comum em meados dos anos de 1970 sendo parte de mobilizações feministas contra o assassinato

¹² BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N. , PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: UnB, 2004, p. 1292.

de mulheres em nome do amor e da defesa da honra. Nos anos 80 ampliam-se a perspectiva da violência para os maus tratos e espancamentos. A visibilidade desta violência suscitou a criação de Delegacias Especiais de Atendimento a Mulheres. Nestas delegacias considera-se violência contra a mulher todo e qualquer ato agressivo que conste num Boletim Médico Legal, ou seja assassinatos, espancamentos e lesões. A violência psicológica carece de consenso e classificação no Brasil. Pelo fato de grande parte das queixas registradas nas delegacias serem de violência no âmbito privado e conjugal usa-se violência contra mulher como sinônimo de violência doméstica.¹³

21

Aproximando Hannah Arendt de Grossi, esta última diferencia violência e agressão. Segundo ela agressão implica e permite revide, é um ato onde não há uma distinção nítida entre sujeito e vítima da violência. Ou seja, a vítima pode responder a violência que sofreu. Já a violência é uma agressão que aniquila o indivíduo que a sofre, impedindo-o a de reação. A autora opta pelo uso da categoria violência contra a mulher por ser uma acepção mais vasta e que permite tratar atos violentos no interior da conjugalidade. Em nosso estudo utilizaremos também a categoria violência de gênero para dar conta de violência sofrida por homens, mulheres e crianças. Diante das discussões de Scott, Butler e

¹³ GROSSI, Miriam P. Rimando Amor e Dor: reflexões sobre violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana M; Grossi, Miriam P. (org.). **Masculino Feminino Plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998. p. 296.

Laqueur atentaremos para não nos tornarmos prisioneiros dessa categoria no sentido de fixar as identidades e construir oposições binárias.

Observa Grossi que fará uso da categoria violência doméstica mesmo que em muitos casos trata-se de agressões e não de violências conjugais uma vez que elas não são consideradas apenas vítimas. Ao se referir a esta violência a considera do âmbito do privado pondo em suspeição a dicotomia universal público/privado. Uma das considerações sobre o privado refere-se ao processo de modernização ocidental advindo com o Iluminismo e a Revolução Francesa cuja violência passa a ser monopólio do Estado e de instituições. Esse processo tendeu a reforçar as dicotomias público/privado e emoção/razão. As mulheres em grande parte deixam o espaço público junto com os homens para retrair-se ao privado a partir do século XVII. A subordinação de mulheres no confinamento do privado permitiu e legitimou a violência masculina¹⁴. É em Welzer-Lang que nos apoiamos para a compreensão da construção social da masculinidade e a legitimidade dada à violência como masculina. Para o autor a opressão das mulheres pelos homens é um sistema dinâmico no qual as desigualdades vividas pelas mulheres são os efeitos das vantagens dadas

¹⁴ Idem, p. 297.

aos homens. Estas vantagens operam a divisão sexual e de gênero do mundo e são reguladas por violências múltiplas.¹⁵

Para Welzer-Lang analisar as construções sociais do masculino requer que questionemos alguns paradigmas como estes propostos por Grossi ao desconstruir a violência como sempre masculina mesmo que praticada por mulheres, pois essencializa a violência ao tomar como universal os papéis assumidos por homens e mulheres e a noção de subordinação das mulheres e de dominação dos homens. Também para entender a violência conjugal torna-se importante ver as complexas relações afetivas e emocionais entre as pessoas descentrando a violência do pólo masculino. Isso permite ver que as mulheres são co-participantes da violência doméstica. Neste sentido teorias discutem os canais de comunicação entre um casal. Entre elas esta o ciclo da violência doméstica. Esta teoria foi desenvolvida por assistentes sociais anglo-americanas. Segundo a teoria ocorre na vida conjugal a divisão circular do poder. A situação de vítima para mulher permite que ela tenha mais poder durante um determinado período. Esse poder temporário é estimulado por vários agentes sociais como amigos, assistente social e parentes. Com a promessa do marido em

¹⁵ WELZER-LANG, D. A Construção do Masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista de Estudos Feministas**, Florianópolis: UFSC, v. 9, n. 2, p. 461, 2001. Sobre a construção da masculinidade Saffioti nos brinda com uma análise que centra o poder dos homens na ideologia machista que estimula as condutas agressivas e perigosas que revelem força e coragem. SAFIOTTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004. p. 35.

recuperar-se o casal passa pela fase dita *lua de mel*. Mas com o decorrer do tempo o homem vai recuperando o poder no cotidiano doméstico até uma outra crise conjugal.¹⁶

Ao se inspirar em Foucault, Grossi aponta para a compreensão da violência nas relações afetivas/sexuais enquanto um jogo a ser vivido a dois, um teatro a ser encenado por cada casal e que comporta regras, nem sempre conscientes, a que se submetem os parceiros. O casamento parece estar fundado no amor e não na dor, mas a entrega de Cristo parece traduzir para as mulheres a entrega ao sofrimento e doação. Aí também está a validade da violência simbólica da cumplicidade.¹⁷

No Brasil o modelo ideal de relações entre homens e mulheres segue em parte o modelo de moralidade do complexo mediterrânico, marcado por noções de honra para os homens e de vergonha para as mulheres, modelo também associado à dicotomia público/privado. No entanto com o desenvolvimento da modernização/globalização e da crescente independência emocional e econômica das mulheres as relações de gênero abalam os princípios tradicionais do casamento e que pode ter suscitado o aumento da violência contra mulheres.¹⁸ Os estudos de Hiarata e Kergoat também elucidam que a divisão sexual do trabalho especialmente em países ocidentais do norte

¹⁶ GROSSI, p. 305.

¹⁷ Idem p, 305 – 307.

¹⁸ Idem p. 312.

contribuem para a desigualdade e conflitos, pois se naturaliza a incumbência simultânea de responsabilidade profissional e familiar as mulheres mesmo entre as feministas. Para ambas as autoras é preciso questionar os âmbitos psicológicos dessa dominação e a dimensão da afetividade.¹⁹

Neste sentido Grossi analisa que no modelo de conjugalidade ocidental o projeto afetivo/emocional de duas pessoas que vivem quase sempre num mesmo espaço e nem sempre tendo filhos é fundado nas categorias de amor e paixão e naturalizadas como categorias individualistas ocidentais modernas e sentimentos pertinentes a união de pessoas. Grossi aponta para contradições nesse modelo de conjugalidade cujos atos de violência são em parte reflexos disso e podem ser vítimas homens, mulheres e homossexuais.²⁰

Parte de nossa pesquisa centra-se na violência conjugal, mas nem sempre a vítima são mulheres e sim homens. Daí que também optamos pela violência de gênero, mas atentando para a construção de identidade fixas e para a legitimidade da violência como propensas ao homem.

Na construção dessa pesquisa partimos principalmente dos olhares masculinos presente nos impressos quer seja de jornais, dos noticiários falados e de revistas em busca de significações para as práticas cotidianas de violência de

¹⁹ HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. v. 37, n. 132, p. 595-608, set/dez 2007.

²⁰ GROSSI. p. 219.

gênero. Optamos pelo recorte temporal da década de 1960 a década de 1980 cerceando a região Oeste do Paraná com a escolha de arquivos de pesquisa em alguns municípios. Convém observar que parte da imprensa pesquisada circulava e circula por toda a região Oeste como, por exemplo, os jornais: *O Paraná*, *Hoje*, *Fronteira do Iguaçu* e das revistas: *Oeste* e *Paraná em Páginas*. Por outro convém pontuar que na apreensão de Pierre Bourdieu, a região também deve ser pensada como produto histórico das determinantes sociais. Nas classificações regionais os critérios concebíveis como língua, habitat, tamanho da terra, etc., não coincidem. Assim completa:

(...) a realidade, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais naturais apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior das relações de forças no campo das lutas pela delimitação legítima.²¹

Para nossos estudos partimos dessas observações quando recortamos espacialmente a nossa pesquisa. A região Oeste do Paraná constitui-se como produto de uma construção hoje formada por 51 municípios que usa como suas fronteiras naturais do lado setentrional o Rio Paraná,

²¹ BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. Para Bourdieu o que faz a região não é o espaço e sim o tempo. p. 115.

fronteira com o Paraguai e a Argentina e os rios Iguaçu e Piquiri. Conforme foi exposto e a fim de cercarmos as fontes elegemos produções discursivas impressas nos municípios de Toledo, Marechal Cândido Rondon e Cascavel e nos servimos também dos impressos de Foz do Iguaçu, uma vez que todos estes municípios fizeram parte da Comarca do município iguaçuense até a suas respectivas emancipações políticas.

Na perspectiva de rupturas e continuidades percebemos que ainda predomina, em muitos lugares da região Oeste, identidades para as mulheres como a maternidade enquanto função exclusiva do feminino, as próprias tarefas domésticas e o espaço privado e sendo assim muitas deixaram e deixam de ser para existirem enjauladas nas identidades para elas construídas nos discursos que enfatizam o sujeito universal. Na região pesquisada percebe-se ainda que a participação de mulheres em atividades consideradas públicas como a política, cargos administrativos em empresas, cooperativas, no judiciário e na própria imprensa é diminuto embora já sejam maioria nas universidades. Neste sentido buscamos nos discursos sobre a violência de gênero nos impressos indícios para determinadas práticas arraigadas em nosso cotidiano.

Também ressalta-se que nos anos de 1980 onde findamos com a pesquisa cresce o jornalismo tanto impresso como falado as informações a cerca da violência e da violência de gênero. Estas informações não estão mais como

no início da pesquisa nos anos de 1960 apenas nas últimas páginas. As manchetes agora possuem um espaço privilegiado tanto na capa como no interior do jornal. Talvez estas reflexões nos conduzam a entender por que e como em determinado período, determinados jornais e os demais impressos pesquisados aparece e desaparece ou se acentua a linguagem da violência de gênero.

Cabe observar que as fontes discutidas durante a pesquisa são discursos²², representações sociais e culturais os quais discorrem sobre os valores morais, sobre a economia e sobre o convívio-conflito social em que se inseriram aqueles que deixaram seus depoimentos escritos na imprensa. Uma reflexão relevante sobre esta questão é apontada por Margareth Rago quando afirma que o documento não é o reflexo da coisa imaginada ou uma transparência, mas é um documento que contém uma materialidade, uma escrita, uma interpretação, um recorte,

²² No decorrer da pesquisa optei por utilizar noções de discurso e de práticas discursivas seguindo a proposta de Foucault na obra *Arqueologia do Saber*. Discurso é um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos ; conjunto de enunciados que se apóia em um mesmo sistema de formação; é assim que se pode falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico. (p. 124) As práticas discursivas como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiriam, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou lingüística, as condições de exercício da função enunciativa.(p. 136) Estas práticas possuem regras próprias estabelecendo relações para que certos objetos apareçam e se fale deles. (...) *não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época.*

uma leitura de alguma testemunha sexuada, determinada social, étnica, geracionalmente.²³

Ainda sobre o trabalho do historiador com o documento Foucault anuncia uma proposta que pode nos instrumentalizar quanto a pesquisa:

Ora, por uma mutação que não data de hoje, mas que, sem dúvida, ainda não se concluiu, a história mudou sua posição acerca do documento: ela considera como sua tarefa primordial, não interpretá-lo, não determinar se diz a verdade nem qual é o seu valor expressivo, mas sim trabalhá-lo no interior e elaborá-lo: ela o organiza, recorta, distribui, ordena e reparte em níveis, estabelece séries, distingue o que é pertinente do que não é, identifica elementos, define unidades, descreve relações. O documento, pois, não é mais para a história, essa matéria inerte através da qual ela tenta reconstituir o que os homens fizeram ou disseram, o que é passado e o que deixa apenas rastros: ela procura definir no próprio tecido documental, unidades, conjuntos, séries, relações.

29

24

²³ RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente. In: GUAZELLI, Cesar A.B. et all. (Org) **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

²⁴ Idem, ibidem. Veja-se também FOUCAULT, M. *A arqueologia do saber*. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1986. p. 7.

As fontes que escolhemos como os jornais e revistas, relatórios de notícias diárias permitem entender uma rede de olhares e suas fissuras (quem, como, de onde e para quem se fala e o não-dito) que contribui para criar os sujeitos e as subjetividades presentes no cotidiano.

Para pensar as falas presentes nos impressos da imprensa escrita e falada também recorreremos a Análise Crítica do Discurso (ACD) que se fundamenta nas relações entre linguagem e sociedade problematizando injustiças, opressões, desigualdades étnicas, socioeconômicas, políticas e culturais. Ao analisar os problemas e as mudanças através da linguagem, a ACD propõe a desconstrução dos textos examinando os aspectos lingüísticos, imagéticos com aspectos socioculturais. Estes estudos contribuem para a percepção das imagens nos jornais e das chamadas sobre a violência contra e das mulheres, das ausências no período inicial da pesquisa, da importação da criminalidade e de outras práticas como o aborto do exterior (como se nas cidades progressistas do oeste não existissem), do tamanho das letras e disposições (vertical e horizontal) da localização das páginas policiais, da linguagem jornalística sobre criminalidade. No conjunto da pesquisa percebe-se a importância destes estudos pois o discurso midiático na sociedade contemporânea é também um lugar privilegiado de representação e por outro lado de contestações de práticas sociais naturalizadas. Convém ressaltar que as ondas

do rádio possuem um público muito mais abrangente e diário do que muitos jornais em sua maioria no período são de circulação semanal.²⁵

Além de teóricos da ACD (Norman Fairclough, Caldas-Coulthard, Fortkamp e Teun Van Dijk), nos apoiamos nas posturas postas por Teresa de Lauretis que pensa gênero como representação e auto-representação articulado a sexualidade. Para a autora as relações de gênero são construídas a partir de tecnologias sociais como imprensa, discursos, práticas da vida cotidiana, imagens, saberes, críticas, senso comum, artes. Para Lauretis não resta dúvida de que a linguagem é um dos aparatos sociais universalmente mais influente. Ao se referir ao cinema entende que (...) há “linguagens”, práticas de linguagem e aparatos discursivos que produzem sentidos e há diferentes modos de produção semiótica, maneiras pelas quais se investe esforço na produção de signos e significados.²⁶ Em nossa pesquisa a imprensa enquanto uma tecnologia social recorre muitas vezes ao uso da linguagem no senso comum para construção do crime, da violência e de vítimas. Principalmente com relação as mulheres pobres a imprensa repete continuamente determinadas palavras como cocotinha, sem-

31

²⁵ Uma tentativa de historicizar a imprensa regional foi publicada recentemente por WILSEM, Ana P.; KUNZLER, Maria C. **Mídia e Memória: histórias dos veículos de comunicação do município de Marechal Cândido Rondon contada pelos seus protagonistas**. Mal. C. Rondon: Germânica, 2006.

²⁶ LAURETIS, Teresa. *Através do espelho: mulher, cinema e linguagem*. **Revista de Estudos Feministas**. p. 116-118, 1993.

vergonha, mundanas, mocós, amasias. Para os homens pobres fala-se elementos e larápios e em comum para todos e todas o sobrenome de tal (Pedro de tal, Teresa de tal).

Para Deleuze, o senso comum supõe uma função, uma faculdade de identificação, que relaciona qualquer diversidade com a forma do mesmo. O senso comum identifica e reconhece a uma unidade. O Eu é um só e mesmo eu que percebe, imagina, sabe etc. Assim a linguagem não parece possível fora desse sujeito. A diversidade é subsumida devido essa forma individualizada de mundo. É o mesmo objeto e o mesmo mundo que percebo. Então a linguagem não parece possível fora destas identificações.²⁷ Dessa forma o senso comum identifica e reconhece o que acaba sendo veiculado pela mídia. O jornal *Hoje* de Foz do Iguaçu e *Hoje* de Cascavel e edições especiais com denominações *Marechal Cândido Rondon Hoje* e *Palotina Hoje* apresentavam no seu conjunto semelhanças no uso da linguagem quanto as imagens, tamanho de letras e palavras e as chamadas sobre a violência de gênero em suas capas.

Remetendo-nos as imagens destes jornais e das revistas é possível perceber que o uso do senso comum é um meio utilizado para estigmatizar pessoas através das práticas da violência de gênero. O estigma é aqui utilizado no sentido proposto por Goffman:

²⁷ DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2003, p. 80-81.

Os gregos, que tinham bastante conhecimento de recursos visuais, criaram o termo estigma para se referirem a sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava. Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que deveria ser evitada principalmente em lugares públicos.²⁸

O estigma está relacionado a uma depreciação do corpo de homens e mulheres. Nas páginas policiais dos jornais e revistas pesquisados são expressos signos de identificação. Existem características estáveis do corpo de mulheres e homens como a idade das mulheres vítimas de violência e a condição social. Esses signos transmitem uma informação social.²⁹ Normalmente as mulheres estão entre os 30 e 50 anos e não seguem os padrões de beleza dominantes no período. Para os homens as imagens são idênticas.

Segundo Goffman, a informação social ocorre sobre as características mais ou menos permanentes de um indivíduo, porém observa que:

(...) em oposição a estados de espírito, sentimentos ou intenções que ele poderia ter em certo

²⁸ GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: LTC, 1998. p. 11.

²⁹ Ibidem, p. 13.

momento. Essa informação, assim como o signo que a transmite, é reflexiva e corporificada, ou seja, é transmitida pela própria pessoa a quem se refere, através da expressão corporal na presença imediata daqueles que a recebem. (...).³⁰

O que fica perceptível nas imagens é a frontalidade das criminosas e dos criminosos e que por sua vez buscam caracterizar os traços físicos do rosto. Na sua maioria são imagens de pessoas de condição social inferior. Nos impressos também encontramos a padronização de condutas como por exemplo a categoria de esposa e filha, jovem casal. Exemplos dos enunciados e do texto articulam essa padronização como a esposa que traiu, ou a filha que fugiu o que retira a condição de indivíduo, assim como ser nominado como Teresa de tal, ou João de tal.

Na mídia regional a rede de informações é ampla por parte dos leitores, leitoras e ouvintes, ou seja, as pessoas se conhecem ou já ouviram falar de determinadas pessoas que são destacadas nos impressos falados e escritos. Quando a questão envolve agressão e violência os termos fama e má-reputação implicam que a massa de cidadãos deve possuir uma imagem do indivíduo. A mídia tem papel central por tornar possível que uma pessoa privada seja transformada em figura pública. Neste sentido os estudos de Pierre Bourdieu são relevantes ao apontar que além da violência física existe

³⁰ Idem , p. 52-53.

a dominação simbólica masculina, por ele denominada de violência simbólica e constante na mídia. Para este autor³¹, a violência simbólica é suave, insensível, invisível e que dificilmente é percebida pelas suas vítimas porque se reproduz no cotidiano através de gestos, sentimentos, emoções, linguagem, cor da pele e cria modos de ver o mundo cada vez mais nivelados e homogeneizados por intermédio dos meios de comunicação de massa. A violência simbólica torna-se possível quando suas vítimas a aceitam através do conhecimento e principalmente desconhecimento, do reconhecimento e, em última instância, do sentimento. Estabelece-se uma correlação de forças na qual a maneira de ver o mundo é imposta e adquire estatuto de verdade.³²

Para Goffman, a imagem pública será diversa da imagem que o indivíduo projeta através do tato direto com aqueles que o conhecem pessoalmente. A imagem pública é construída a partir da seleção de fatos que podem ser verdadeiros, mas se expandem até adquirir uma aparência dramática e digna de atenção e posteriormente utilizada como um retrato global. O fato de ser recebido como alguém que não é mais o que era encontra-se reduzida pelas demandas da mídia. Isso pode ocorrer com um fato acidental e rápido

³¹ BOURDIEU, Pierre. Über die Vorherrschaft des Mannes: ein Musterbeispiel für symbolische Gewalt. In: **Le Monde Diplomatique**. August, 1998, p. 16. Veja-se também CHARTIER, Roger. Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica. **Cadernos Pagu**, n. 4, p. 37-47, 1995.

³² BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. P. 7-11.

que expõe a pessoa a identificação pública sem lhe dar nenhum direito que compense os atributos desejados.³³ Os exemplos estão relacionados às mulheres que cometeram algum tipo de violência. Pois é muito comum associar o fato a ordem normativa, ou seja, a vida pacata e simples do jovem casal. Neste impresso que seguem vemos um caso de violência conjugal:

Acredita-se que este deve ter havido motivos profundos para que E. agisse como agiu, de uma maneira tão violenta e bárbara. Há quem acredita que o motivo do crime tenha sido ciúmes de sua esposa. Pelo depoimento que deverá conceder hoje, certamente o véu de mistério será levantado e se tornará conhecimento dos motivos que levaram a destruição de um jovem casal que era conhecido pela vida pacata e simples que levava.³⁴

A condição para a vida social na região Oeste do Paraná é o progresso, ordem e estabilidade nas relações familiares e sociais. Goffman entende que as pessoas compartilhem um conjunto de expectativas normativas, sendo as normas sustentadas, em parte, porque foram incorporadas. Quando regras são quebradas surgem medidas restauradoras como a atuação da imprensa e do judiciário. O indivíduo não tem controle imediato sobre o nível em que se apóia a norma.

³³ GOFFMAN, p. 82.

³⁴ FRENTE AMPLA DE NOTÍCIAS. v. 01, 14/11/66 a 28/02/1967.

Isso é perceptível em depoimentos que associam a marginalidade social e o grau de escolarização de uma mulher agredida. Em matéria produzida pelo jornal *Alento* consta manifesto de um médico à região oeste: (...) A Gessi necessita, dada a sua primitividade, ao seu analfabetismo, as suas perturbações mentais, de um advogado ou procurador para defendê-la. O médico aparece em foto central com os filhos como *pai* exemplar. Ele é acusado por um jornalista de agressão a Gessi.³⁵

Goffman advoga que pessoas como prisioneiros e prisioneiras, criminosas e criminosos, prostitutas, homossexuais são percebidas mediante a ordem dominante como incapazes de usar as oportunidades disponíveis para o progresso nos vários caminhos aprovados pela sociedade; mostram um desrespeito evidente por seus superiores quer seja por valores, aparência física, comportamentos, falta-lhes moralidade e sobretudo sobram defeitos nos esquemas motivacionais da sociedade. Minorias, mulheres pobres e criminosas provavelmente se verão funcionado como indivíduos estigmatizados, inseguros sobre a recepção que os espera na interação com os demais indivíduos pois quase todos estão submetidos a manter relações sociais onde se supõe que prevaleça um tratamento cortês, uniformes baseadas num ideal virtual de classe média³⁶.

³⁵ O ALENTO, 13 a 18 de setembro de 1979, p. 15.

³⁶ GOFFMAN, op cit, p. 155-157.

Este ideal virtual civilizatório de classe média percebe-se na imprensa do Oeste do Paraná, pois existia e existe uma ênfase em enaltecer os municípios através da imagem de cidades progressistas, associadas ao caráter ordeiro, harmônico, pacífico e trabalhador de seus habitantes. Com o crescimento demográfico, a urbanização e modernização advinda dos grandes centros também aumentam as tensões no cotidiano da cidade e nas áreas rurais. Violências e agressões ocultas ou divulgadas perpassavam as relações de gênero e que nos são percebidas em jornais e revistas. Porém comportamentos vistos como desviantes da ordem instituída poderiam destruir o esforço de construção das imagens e da retórica das belas, ordeiras e civilizadas cidades do interior do Paraná. A tarefa envolvia uma multiplicidade de instituições na qual a mídia e os grupos da elite encarregaram-se de elaborar e reproduzir via práticas discursivas às regras de convívio social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARENDT, Hannah. **Sobre a Violência**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, N., PASQUINO, G. **Dicionário de Política**. 12 ed. Brasília: UnB, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

_____. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

_____. Über die Vorherrschaft des Mannes: ein Musterbeispiel für symbolische Gewalt. In: **Le Monde Diplomatique**. August, 1998.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHARTIER, Roger. Diferenças entre os Sexos e Dominação Simbólica. **Cadernos Pagu**, n. 4, 1995.

DELEUZE, Gilles. **Lógica do Sentido**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

FOUCAULT, M. **Arqueologia do Saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. São Paulo: LTC, 1998.

40

GROSSI, Miriam P. Rimando Amor e Dor: reflexões sobre violência no vínculo afetivo-conjugal. In: PEDRO, Joana M; GROSSI, Miriam P. (org.). **Masculino Feminino Plural**. Florianópolis: Editora Mulheres, 1998.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho. **Cadernos de Pesquisa**. v. 37, n. 132, set/dez 2007.

KUN, Cornelia. **Ende des Schrekens**. Oldenburg: Carl von Ossietzky Universitat, 2005. (tese).

LAQUEUR, Thomas. **Inventando o Sexo**: corpo e gênero dos gregos a Freud. Rio de Janeiro: Relume Dumara, 2001.

LAURETIS, Teresa. Através do espelho: mulher, cinema e linguagem. **Revista de Estudos Feministas**. 1993.

PEDRO, Joana. Traduzindo o debate: o uso da categoria gênero na pesquisa histórica. In: *III SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E GÊNERO E II SEMINÁRIO SOBRE INFÂNCIA*. Tocantinópolis, TO, 2006.

RAGO, Margareth. Pensar diferentemente a história, viver femininamente o presente. In: GUAZELLI, Cesar A.B. et all. (Org). **Questões de Teoria e Metodologia da História**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2000.

41

SAFIOTTI, H. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre, n. 16, julho/dezembro, 1990.

WELZER-LANG. D. A Construção do Masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Revista de Estudos Feministas**. Vol 9, n. 2. Florianópolis: UFSC, 2001.

WILSEM, Ana P.; KUNZLER, Maria C. **Mídia e Memória:** estórias dos veículos de comunicação do município de Marechal Candido Rondon contada pelos seus protagonistas. Mal. C. Rondon: Germânica, 2006.